

## **EDITAL nº 101/2022**

### **EDITAL PARA EXAME DE SELEÇÃO PÚBLICA DE ACADÊMICOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO DEVIDAMENTE CONVENIADAS COM A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

A Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 11.788/2008, pela Resolução CNMP nº 42/2009 e pela Resolução PGJ nº 48/2021, torna público que serão abertas as inscrições para a seleção pública destinada ao preenchimento de vaga de estagiários de pós-graduação em Direito e à formação de cadastro de reserva, nos termos deste Edital.

#### **I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1. O processo seletivo realizar-se-á para estudantes de pós-graduação em Direito.
2. São pré-requisitos para a nomeação do candidato aprovado neste processo seletivo:
  - a) ser bacharel em Direito;
  - b) ser estudante de curso de pós-graduação em Direito em instituições de ensino devidamente registradas nos órgãos competentes e conveniadas com a Procuradoria-Geral de Justiça, cujo projeto pedagógico de curso de pós-graduação tenha previsão de estágio;
  - c) ter conduta compatível com o exercício das atribuições de estagiário do Ministério Público.
  - d) ser estudante de curso de pós-graduação com temática afeta à área temática escolhida;
3. Todas as informações referentes a este processo seletivo serão divulgadas no Portal do MPMG, com acesso pelo link: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/servicos/concursos-e-estagios/estagios/processos-seletivos.shtml>

#### **II- DA OFERTA DE VAGAS**

1. A seleção pública regulada por este Edital destina-se ao preenchimento de 01 vaga existente na 07ª Promotoria de Justiça da comarca de Belo Horizonte - III Tribunal do Júri, assim como à formação de cadastro de reserva, observando-se, para a classificação, o disposto no item VI deste Edital.
2. Fica reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo às pessoas com deficiência, que, no momento da inscrição declararem tal condição e cujas atribuições a serem desempenhadas sejam compatíveis com as necessidades especiais de que sejam portadores.

2.1. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá encaminhar cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e laudo médico, expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, que indique a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência e do qual conste expressamente que a deficiência se enquadra na previsão do art. 4º e seus incisos do Decreto n.º 3.298, de 20/12/1999 e suas alterações.

2.2. Poderá ser exigida a comprovação da condição de deficiência por meio de perícia realizada por junta médica oficial.

2.3. O tempo para realização das provas, e tão somente neste caso, a que pessoas com deficiência serão submetidas poderá, desde que requerido justificadamente, ser diferente daquele previsto para os demais candidatos, levando-se em conta o grau de dificuldade apresentado em decorrência da deficiência.

2.4. Ressalvada hipótese do item anterior, o candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

3. Fica reservado o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo aos candidatos que se declararem negros.

3.1. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição na seleção de estágio, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

3.2. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se houver selecionado ou contratado, será imediatamente desligado, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas, cíveis e penais.

3.3. O candidato que optar por concorrer às vagas reservadas aos negros, ainda que aprovado dentro do número de vagas oferecidas à ampla concorrência, submeter-se-á a avaliação por comissão de avaliação, que emitirá parecer quanto à veracidade e correção da autodeclaração prestada no ato da inscrição, quanto à condição de pessoa preta ou parda e o fenótipo do candidato.

4. A convocação de candidatos classificados obedecerá, a cada dez candidatos, a seguinte ordem:

- a) o primeiro, o segundo, o sexto, o oitavo, o nono e o décimo candidatos serão admitidos da lista de ampla concorrência,
- b) o quinto candidato será admitido da lista de pessoas com deficiência;

- c) o terceiro, o quarto e o sétimo candidatos serão admitidos da lista de negros.
5. Os candidatos com deficiência ou negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação na seleção, sendo que:
- a) os candidatos com deficiência ou negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para a ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas;
  - b) na hipótese de desistência de candidato com deficiência ou negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato classificado na posição imediatamente posterior;
  - c) na hipótese de não haver número de candidatos com deficiência ou negros aprovados suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.
6. Após o prazo de inscrição, fica proibida qualquer inclusão ou exclusão de candidato das listas de pessoa com deficiência ou negros.
7. Os candidatos com deficiência ou negros participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima para aprovação exigida para todos os demais candidatos, em todas as etapas.

### **III – DO ESTÁGIO**

1. A jornada do estágio será de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.
2. Fica assegurado ao estudante, integrante do programa de estágio do MPMG:
  - a) realização do estágio em áreas cujas atividades sejam correlatas ao seu curso de formação;
  - b) recebimento da bolsa-auxílio mensal, no valor de R\$ 1.446,00 (mil, quatrocentos e quarenta e seis reais);
  - c) concessão de auxílio-transporte no valor de R\$ 9,00 (nove reais) por dia estagiado;
  - d) concessão de seguro contra acidentes pessoais;
  - e) recesso remunerado de 30 dias anuais, nos termos da Resolução PGJ nº 48/2021.

### **IV – DAS INSCRIÇÕES**

1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer a Resolução PGJ nº 48/2021 e este Edital.

2. O MPMG não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
3. O estudante interessado deverá preencher o formulário de inscrição disponibilizado no endereço eletrônico <https://forms.office.com/r/0iFtkapsV5>, no período de 14/02/2022 a 24/02/2022.
4. É de responsabilidade do candidato informar dados pessoais e escolares corretos.
5. Caso declare algum dado incorreto, o candidato poderá atualizar a informação, com o envio de novo formulário de inscrição.
6. Caso o candidato encaminhe mais de um formulário de inscrição será considerado o último envio, dentro do período de inscrição determinado neste Edital.
7. É de responsabilidade do candidato a manutenção do e-mail, telefone e dados curriculares atualizados, para viabilizar os contatos necessários, pelo e-mail [estagio-inscricao@mpmg.mp.br](mailto:estagio-inscricao@mpmg.mp.br).
8. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação das normas preestabelecidas do certame.
9. A constatação, em qualquer época, de irregularidades, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração na inscrição, implicará a eliminação do candidato, cancelando-se sua inscrição e anulando-se todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

## **V – DA PROVA**

1. O processo de seleção compreenderá uma prova oral, de caráter eliminatório e classificatório, e uma entrevista presencial de caráter classificatório.
2. O conteúdo programático da prova envolve os seguintes temas: **A) TEORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** 1. Evolução histórica do Ministério Público nas constituições brasileiras. 2. Conceito, espécies, classificações, funções, garantias, prerrogativas e vedações. 3. Ministério Público resolutivo e demandista. 4. Atuação do Ministério Público em segunda instância. 5. Conselho Nacional do Ministério: natureza, composição, funções, competência, legitimidade normativa. 6. As Leis Orgânicas do Ministério Público: Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei n.º 8.625/93), Lei Orgânica do Ministério Público da União (Lei Complementar Federal n.º 75/93), Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Lei Complementar n.º 34/94). 7. Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon / MG. **B) DIREITO PENAL:** 1. Abolicionismo e direito penal mínimo. 2. Fundamentos e limitações do direito de punir. 3. Princípios penais fundamentais. 4. Escolas

Penais. 5. Teoria da Norma. 6. Interpretação e integração da lei penal. 7. Âmbito de validade temporal e espacial de lei penal. 8. Aplicação da lei penal. 9. Conflito aparente de normas. 10. Evolução histórica da teoria do crime. 11. Conceito de crime. 12. Os principais sistemas da teoria do delito: sistemas causais e finalista; teoria social da ação; funcionalismos teleológico e sistêmico. 13. Teoria da conduta: Ação e Omissão. 14. Teoria do tipo Penal. 15. Tipos dolosos e tipos culposos. 16. Relação de causalidade. 16.1. Teorias da relevância e da adequação. Teoria da condição INUS. 17. Teoria da imputação objetiva. 17.1. Teorias da elevação do risco e do fim de proteção da norma. 18. Ilicitude e causas de exclusão. 19. Culpabilidade e suas dirimentes. 20. Consumação e tentativa. 21. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 22. Crime impossível. 23. Agravamento pelo resultado. 24. Erro de tipo e erro de proibição. 25. Concurso de pessoas. 26. Penas e medidas de segurança. 27. Aplicação da pena e regimes de cumprimento. 28. Limite das penas. 29. Concurso de crimes. 30. Aberratio ictus. 31. Suspensão condicional da pena. 32. Livramento condicional. 33. Efeitos da Condenação. 34. Reabilitação. 35. Teoria da ação penal. 36. Extinção da punibilidade. 37. Crimes contra pessoa. 38. Crimes contra o patrimônio. 39. Crimes contra a dignidade sexual. 40. Crimes contra a incolumidade pública. 41. Crimes contra a paz pública. 42. Crimes contra a fé pública. 43. Crimes contra a administração pública. 44. Aspectos penais dos seguintes textos normativos, atualizados até a data da publicação do edital: Constituição da república federativa do Brasil; Leis: 8072/1990; 9099/1995; 9455/1997; 9503/1997; 9807/1999; 10826/2003; 11340/2006; 11343/2006; 12694/2012; 12850/2013. **C) DIREITO PROCESSUAL PENAL:** 1. Norma processual penal. 2. Fontes do direito processual penal. 3. Princípios constitucionais e infraconstitucionais. 4. Interpretação e integração. 5. A lei processual penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 6. Teoria geral do processo penal e sistemas processuais. 7. Processo Penal Constitucional. 8. Investigação criminal. 9. Ação Penal. 10. Ação civil ex delicto. 11. Jurisdição e competência. 12. Sujeitos processuais. 13. Prisão e liberdade provisória. 14. Cautelares no Processo Penal. 15. Questões e procedimentos incidentes. 16. Comunicação dos atos processuais. 17. Provas. 18. Prazos processuais. 19. Sentença e provimentos judiciais. 20. Coisa julgada. 21. Processo e procedimentos em espécie. 22. Nulidades. 23. Recursos. 24. Ações autônomas de impugnação – revisão criminal, habeas corpus e mandado de segurança criminal. 25. Aspectos processuais penais dos seguintes textos normativos, incluídas as alterações, com redação em vigor na data de publicação do edital: Constituição da República Federativa do Brasil e Emendas Constitucionais posteriores à sua edição; Dec.-Lei 2.848/1940 (Código Penal); Dec.-Lei 3.689/1941 (Código de Processo Penal); Dec.-Lei 3.240/41. Lei 8.072/90; Lei 9.099/95; Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro); Lei Complementar 105/2001; Lei 11.340/2006; Lei 11.343/2006; Lei 11.417/2007; Lei 12.037/2009; Lei 12.694/2012; Lei 12850/2013; Lei 13.260/16; Lei 13.344/16; Lei 13.431/2017 e Lei 13.869/19.

3. O responsável pela elaboração e correção das questões será o Promotor de Justiça Cristian Lúcio da Silva.

4. A prova será agendada, por e-mail, com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência, com os candidatos regularmente inscritos, para aplicação a partir das 8h do dia 09/03/2022, por meio do aplicativo "Microsoft Teams".

5. Durante a prova, que terá duração máxima de 20 (vinte) minutos, o examinador, a seu critério, formulará de cinco (05) a dez (10) perguntas ao(a) candidato(a), a respeito de quaisquer dos temas previstos no conteúdo programático da seleção.

6. Será permitida consulta à legislação seca.

7. Será desclassificado(a) o(a) candidato(a) que não acessar o espaço virtual de encontro com o examinador até no máximo dez (10) minutos depois de atingido o horário agendado para a realização de sua prova; salvo se, no prazo de até vinte e quatro (24) horas, satisfatoriamente demonstrar impedimento de força maior, hipótese na qual será reagendado o exame, para data e horário próximos, conforme disponibilidade do examinador.

8. Produzir-se-á entrevista no mesmo ato de realização da prova oral, a qual circunscrever-se-á ao estritamente necessário à verificação das experiências acadêmicas e - se houver - profissionais do(a) candidato(a).

9. Será excluído do exame o candidato que:

- a) se negar a ser identificado;
- b) for colhido em flagrante comunicação com outro candidato ou pessoa estranha, por escrito ou qualquer outra forma, ou que utilizar qualquer meio de consulta não autorizada;
- c) estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação não autorizado.
- d) desrespeitar o examinador, seus auxiliares, outra autoridade presente ou qualquer dos pleiteantes à vaga de estágio.

10. As provas serão gravadas.

11. A entrevista presencial será realizada, na Rua Ouro Preto, 703 - Sala 902 - bairro Barro Preto - Belo Horizonte/MG, com os 10 (dez) primeiros classificados na prova oral.

11.1. Os candidatos aptos à entrevista serão comunicados do dia e horário por e-mail e/ou por telefone informado no ato da inscrição.

11.1. Na entrevista serão avaliados os seguintes aspectos: trajetória profissional, interesse na área em questão, comunicação eficaz, critérios de postura, domínio do uso da língua portuguesa, proatividade e relacionamento interpessoal.

## **VI - DA AVALIAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO**

1. Será atribuída:

- a) à prova a nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos;
- b) à entrevista a nota de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

2. Será reprovado o candidato que não obtiver o mínimo de 60% (sessenta por cento) dos pontos distribuídos.

3. A classificação será obtida pela ordem decrescente da pontuação obtida pelos candidatos aprovados, que serão nomeados para ocupar as vagas disponibilizadas obedecendo-se estritamente a essa ordem.

4. No caso de empate na pontuação, terá preferência o candidato que tiver maior idade, assim considerando ano, mês e dia de nascimento.

5. O resultado do processo de seleção será divulgado no Portal do MPMG.

## **VII - DOS RECURSOS**

1. O recurso contra quaisquer atos ou resultados do processo seletivo deverá ser apresentado, fundamentadamente, pelo e-mail [anaalves@mpmg.mp.br](mailto:anaalves@mpmg.mp.br), no prazo de 2 (dois) dias úteis subsequentes da publicação.

2. O recurso deverá indicar especificamente os motivos do pedido de reexame, podendo juntar documentos que entenda pertinentes.

3. O recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

4. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos ou recursos da classificação definitiva.

## **VIII - DA CONVOCAÇÃO E DA NOMEAÇÃO**

1. O candidato classificado será convocado, observando-se a classificação, conforme disposto no item VI deste Edital.

2. A convocação oficial será feita pela Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos por e-mail, utilizando-se o endereço eletrônico informado pelo candidato na inscrição.

3. Após convocação, o candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para se manifestar, podendo:

- a) aceitar a vaga ofertada;



- b) solicitar a reclassificação para o último lugar do cadastro de reserva;
  - c) desistir do processo seletivo e ser automaticamente excluído do cadastro de reserva.
4. Em caso de recusa, reclassificação ou desistência, será convocado para a vaga o candidato seguinte na ordem de classificação.
5. É irretratável a desistência do candidato do processo seletivo.
6. Será considerado desistente o candidato que não responder a convocação no prazo estipulado.
7. Caso aceite a vaga ofertada, o candidato deverá encaminhar ao e-mail [estagio-nomeacao@mpmg.mp.br](mailto:estagio-nomeacao@mpmg.mp.br), no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da convocação, os seguintes documentos:
- a) documento comprobatório atualizado de regularidade escolar, emitido pela instituição de ensino, com informação do tema e do prazo de duração ou data estimada para encerramento do curso de pós-graduação;
  - b) comprovante de colação de grau no curso de Direito;
  - c) cópia da carteira de identidade e do CPF;
  - d) cópia de comprovante de endereço;
  - e) exame médico admissional;
  - f) comprovante de licenciamento profissional junto à Ordem dos Advogados do Brasil, caso tenha a inscrição;
  - g) foto digital, 3x4cm, em formato JPG, fundo branco e resolução mínima de 200 dpi;
  - h) número da conta corrente ou universitária no Banco Itaú.
8. Após apresentação dos documentos, deverão ser providenciados, preferencialmente por meio do Sistema Eletrônico e Informação:
- a) termo de compromisso e plano de estágio, a serem assinados pela instituição de ensino, pelo supervisor do estágio e pelo estagiário;
  - b) formulário de solicitação de nomeação, conforme modelo disponibilizado pelo MPMG);
  - c) declaração pessoal de disponibilidade de horário, inexistência de antecedentes criminais e compromisso de não-advocacia, conforme modelo disponibilizado pelo MPMG).
9. No prazo de 15 (quinze) dias, contados da convocação, a falta de qualquer dos documentos exigidos implicará a não nomeação do candidato aprovado e à desistência tácita, ocasião em que será chamado o candidato seguinte na ordem de classificação.
10. As nomeações serão feitas para início das atividades, observados os prazos previstos na Resolução PGJ nº 48/2021.



## IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Para a solução de qualquer problema na inscrição ou convocação, o candidato deverá entrar em contato pelo e-mail [estagio-inscricao@mpmg.mp.br](mailto:estagio-inscricao@mpmg.mp.br) ou pelo telefone (31) 3330-9996.
2. Para esclarecimento de dúvidas referente a realização da prova, incluindo correção e resultado, o candidato deverá entrar em contato pelo e-mail [anaalves@mpmg.mp.br](mailto:anaalves@mpmg.mp.br) ou pelo telefone (31) 3250-4647.
3. O prazo de validade desta seleção pública é de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, contado da data da publicação do resultado final da seleção.
4. Todas as instruções, convocações e avisos relativos à seleção regida por este Edital serão divulgados na página do MPMG, por meio do *link* <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/servicos/concursos-e-estagios/estagios/processos-seletivos.shtml>
5. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato, do que determinam as legislações vigentes de estágio, os atos normativos da Procuradoria-Geral de Justiça do MPMG e este Edital.
6. A contratação de candidato aprovado dependerá da conveniência para o MPMG.
7. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do Ceaf.

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2022.

**Elaine Martins Parise**  
Procuradora de Justiça  
Diretora do Ceaf

**Cristian Lúcio da Silva**  
Promotor de Justiça  
Responsável pelo Exame de Seleção Pública